

## Prefácio

Eneida Shiroma

### Como citar:

SHIROMA, Eneida. Prefácio. *In*: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI**: políticas, críticas e perspectivas: vol. 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 9-18. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-344-1.p9-18>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# PREFÁCIO

*Eneida Shiroma*<sup>1</sup>

Essa coletânea organizada por Domingos Leite Lima Filho, José Deribaldo Gomes dos Santos e Henrique Tahan Novaes vem a público em momento oportuno. Diante dos ataques sucessivos à classe trabalhadora, da galopante expropriação de direitos, do desmonte da ciência e tecnologia, das políticas sociais e, particularmente, da educação, o grupo de pesquisadores aqui reunidos resiste e nos oferece lentes para leitura crítica das políticas da Educação Profissional. Suas análises acuradas abordam as políticas de modo contextualizado e procurando indicar suas determinações. Fundamentados nos clássicos, utilizam as categorias da crítica da Economia Política para compreender as políticas públicas de corte ultra neoliberal implementadas pelo governo Bolsonaro que, desde o início do mandato, anunciara ao Império que não vinha para construir nada, vinha para destruir. Dito e feito.

O perverso conjunto de contrarreformas implantadas em prejuízo dos trabalhadores expressa as tentativas de o capital conter a queda tendencial da taxa de lucro almejando superar as crises que cria. Defendendo seus interesses, o grande capital ataca frontalmente o tripé da seguridade social – previdência, saúde e assistência social – modificando a legislação

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (Gepeto/UFSC). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

maior para viabilizar o empresariamento e a gestão privada de instituições públicas, com consequências desastrosas sobre a saúde e educação já duramente golpeadas pela Emenda Constitucional n.95/2016 aprovada no ilegítimo governo Temer.

Sob hegemonia do capital financeiro, especialmente em países de capitalismo dependente como o Brasil, a economia ancorada em produtos primários deixa o país vulnerável diante da desaceleração de crescimento de parceiros comerciais importantes, ocasionando a queda de preços das *commodities*. Orientado por agências multilaterais, o governo implementa ajustes subsequentes, retalha a Constituição, implanta reformas administrativas transformando a educação em “serviço essencial”. Vimos proliferar Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Fundações Privadas e Associações sem e com fins lucrativos, visando assegurar a sustentabilidade da finança mundializada.

A inserção da iniciativa privada no provimento da educação e, em particular, da educação profissional e tecnológica é expressão clara do punctionamento do fundo público pelo capital.

As formas da privatização da educação vêm sendo estudadas em diversas perspectivas. O chamado *Terceiro Setor* (MONTAÑO, 2014) ganha espaço no campo das políticas públicas, impactando a composição de conselhos e a correlação de forças na formulação de políticas públicas. Tentando diferenciar-se dessa perspectiva, Touraine propõe o *Setor dois e meio*, anunciando-o como uma alternativa entre a antiga social-democracia e a Terceira Via. Na análise de Rodrigo Castelo (2013, p.301), Touraine busca posicionar a proposta *dois e meio* como centro-esquerda e “teria como prioridade a inclusão social dos marginalizados por meio do crescimento econômico e das políticas sociais de promoção e geração de emprego e renda, enquanto a terceira via insiste nas políticas de capacitação e empoderamento dos indivíduos.” Outras variantes foram criadas nessa direção, anunciando um suposto “novo capitalismo”, um filantropocapitalismo, tentando combinar harmoniosamente mercado com justiça social, num discurso que busca a condescendência da sociedade para com o “lucro do bem”.

Neste livro, os autores abordam, por diferentes ângulos, a privatização da educação. Colocam em questão as iniciativas do chamado Terceiro Setor, o ímpeto do capital-educador evidenciado nos programas do Banco Mundial, do Sistema S e de institutos e fundações empresariais que patrocinam projetos voltados à formação para o trabalho simples.

Os textos aqui reunidos tecem críticas ao desmantelamento das instituições públicas, aos cortes orçamentários, às sofisticadas formas de controle, à implantação da gestão por resultados nas instituições de educação profissional que chega ao extremo da nomeação de interventores para a reitoria dessas instituições. É fundamental o alerta dos autores sobre a necessidade de se fazer a crítica ao negacionismo e autoritarismo que se avultaram no país no governo protofascista.

Não obstante essa difícil conjuntura, os pesquisadores analisam além das políticas, as experiências e as práticas construídas em suas instituições, indicando os Institutos Federais como um projeto em construção, inacabado, em movimento, em des-envolvimento. Fazem-me recordar o assertivo Thiago de Mello: - *Faz escuro mas eu canto, porque a manhã vai chegar.*

Com incentivo dos versos do poeta, ao avançar nos capítulos, o leitor encontrará críticas ao existente e fundamentadas reflexões sobre a formação integral, a pedagogia da alternância, a perspectiva de formação omnilateral e o papel mediador da educação e do trabalho em direção à emancipação.

A presente coletânea nos brinda com doze capítulos organizados em duas partes: I – Educação profissional e políticas educacionais e II – A expansão das redes estaduais e federal de educação profissional: críticas e perspectivas.

A primeira parte aborda questões de natureza conceitual e sobre a conjuntura atual. Domingos Leite Lima Filho, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia (GETET/UTFPR), apresenta um denso estudo sobre as *As inter-relações trabalho, tecnologia e cultura: bases para a formação integral na Educação Profissional e Tecnológica*. Aborda as concepções de trabalho, técnica, ciência, tecnologia

e cultura organicamente articuladas na obra de Álvaro Vieira Pinto. Ao destacar “a importância de situar a tecnologia no plano das ações humanas concretas”, Lima Filho contribui para a desfeticização da tecnologia enfatizando que ela “participa e condiciona as mediações sociais, porém não determina por si só a realidade, não é autônoma, nem neutra e nem somente experimentos, técnicas, artefatos ou máquinas: é constituída por conjuntos de saberes, trabalhos e relações sociais objetivadas”. A concepção de Vieira Pinto de trabalho como *ato humano de transformar a realidade orientado pelo processo de hominização* nos lembra da importância de não arredarmos da luta pela criação de novas relações sociais de produção.

Henrique Tahan Novaes, membro do *Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia* (Unesp-Marília), aborda as *Contrarreforma do Estado, Terceiro Setor e educação profissional*. Analisa as reconfigurações do Estado em perspectiva histórica. Novaes problematiza a hegemonia do capital financeiro e suas implicações em países de capitalismo subordinado. Dentre os desdobramentos desses fenômenos sobre a educação, o autor destaca o crescimento do Terceiro Setor e a mercantilização da saúde, da previdência e da educação. Ressalta que, além do interesse econômico, impera o político-ideológico de esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão e criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas sociais.

Josefa Jackline Rabelo, Maria das Dores Mendes Segundo e Francisca Maurilene do Carmo, pesquisadoras da UFC, fazem um resgate histórico para discutir *O caráter classista do ensino profissionalizante no Brasil: elementos históricos e sociais*. Retomando clássicos da história da educação profissional abordam as principais peças legislativas até a Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei Nº 13.415/2017, evidenciando as estratégias de reprodução da dualidade estrutural na educação.

Fechando a primeira parte do livro, Luciane Maria Serrer de Mattos e Domingos Leite Lima Filho, membros do GETET/UTFPR, apresentam um balanço da produção sobre *A pedagogia da alternância nas pesquisas de pós-graduação das universidades brasileiras*. Essa incursão por teses e dissertações produzidas de 1969 a 2006 recupera a gênese da pedagogia da alternância, seus fundamentos teórico-metodológicos e seus pilares

fundamentais: formação integral, desenvolvimento do meio, associação local e a alternância.

A segunda parte desta coletânea reúne estudos sobre a realidade da Educação Profissional em vários estados – Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Amazonas – realizadas por pesquisadores de Universidades e Institutos Federais.

Ana Paula Monteiro de Carvalho, Fabio Queiroz e José Deribaldo Gomes dos Santos, pesquisadores do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade (GPTREES/ UECE) problematizam a *Relação capital-estado e a preparação da força de trabalho nas escolas estaduais de educação profissional*. Estudam as especificidades de monitoramento dos processos formativos das escolas estaduais de Educação Profissional do Ceará que oferecem Ensino Médio de tempo integral com currículos propedêutico e profissional concomitantes. A análise documental privilegia dois documentos principais: o Plano Plurianual e o Programa para Resultados do Banco Mundial. Para compreender a estrutura da política de formação profissional tendo em vista desvelar a relação de subordinação do Estado ao capital. Problematizam o ingresso meritocrático, o controle formativo profissionalizante, o *Program for Results* e o controle do financiador sobre a instituição educativa.

Aprofundando a reflexão sobre formas de privatização, Marcelo Lima, Michele Pazolini e Tatiana Gomes dos Santos Peterle (PPGE/ UFES) discutem *Escolhas políticas privatizantes e o cenário de inviabilização da rede pública estadual de escolas profissionais no Espírito Santo*. Analisam as políticas de educação no Espírito Santo, focando os programas *Brasil Profissionalizado*, *Escola Viva* e *Bolsa Sedu*. Desenvolvem a tese de que tais programas “operam de modo contraditório a interface ensino médio e educação profissional, afastando a possibilidade de uma oferta estadual de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio”. Problematizam a oferta fragmentada do Ensino Médio e sua articulação com o setor privado. Apresentam evidências, num estudo com fotografias, que a oferta de ensino médio e Educação Profissional objeto de vários programas permitiu, ao longo de governos, a transferência de recursos públicos para iniciativa privada produzindo um saldo de obras inacabadas.

Indicam, dentre outras conclusões, a importância do controle social por parte dos munícipes.

Ruy José Braga Duarte (UNEB) apresenta parte de sua tese de doutoramento recém defendida, sobre a *Educação profissional da Bahia: uma concepção emancipatória*. Apresenta uma síntese da proposta curricular para a educação profissional da Bahia implantada entre 2008 e 2016. Trabalhando com as contradições, busca demonstrar que práticas educativas de cunho social são possibilidades concretas da relação trabalho-educação para a formação dos estudantes da rede pública estadual de Educação Profissional e na implementação de políticas públicas para além da hegemonia do capital.

Iandra Maria Weirich da Silva Coelho e Nilton Paulo Ponciano, professores do IFAM, analisam a *Educação Profissional no Amazonas: contribuições do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico do IFAM*. Pesquisam a Educação Profissional e Tecnológica no contexto amazônico abordando as contribuições e impactos da pós-graduação articulada à educação profissional. Dentre os resultados ressaltam a relevância social da educação profissional para o desenvolvimento local e regional, bem como um espaço estratégico na democratização da formação profissional e tecnológica.

Edilza Alves Damascena e Dante Henrique Moura (IFRN) abordam *Avanços e desafios na formação de professores para a educação profissional: uma análise do/na IFRN*. Discutem a política formativa desenvolvida pelo Instituto aos próprios docentes, revelando importantes avanços como o reconhecimento institucional da necessidade de ações formativas específicas para os docentes da educação profissional. Problematizam o “notório saber” que se constitui em uma ferramenta legal que equipara qualquer profissional, com titulação acadêmica ou não, aos docentes. Paradoxalmente, a instituição formadora desvaloriza sua atividade fim, assumindo uma verdadeira *política de não formação*. Destacam dois grandes desafios que pairam sobre a formação de professores: “a ausência de uma política nacional sólida e a persistente negação da docência, sobretudo na educação profissional, como um campo próprio de conhecimento”.

Se não nascemos docentes, nos tornamos docentes, cabe indagar que ações estão sendo desenvolvidas no IF para formar seus professores? Os autores reportam a importância de ações formativas que discutam questões didático-político-pedagógicas e as especificidades da modalidade educação profissional. Procuram elucidar o lugar político-epistemológico da categoria *docência*, e a imprescindibilidade da formação continuada que possibilite, aos que atuam na EPT, a apropriação da base filosófica da educação profissional e tecnológica, os princípios e o projeto pedagógico da instituição.

O capítulo de Manoel José Porto Júnior e Mário Augusto Correia San Segundo professores do IFSul e IFRS respectivamente, nos conduz por um percurso *Dos limites do neodesenvolvimentismo à ortodoxia neoliberal: o impacto na luta por uma Educação Integral nos Institutos Federais*. Analisam as alterações no ambiente político e social no campo em disputas da Rede Federal de EPCT. Baseados no materialismo histórico e dialético, problematizam o contexto de criação dos Institutos Federais em meio às políticas compensatórias, sob ideário neodesenvolvimentista que, mesmo premido por políticas neoliberais, em sua heterodoxia, permitiu alguns avanços contra hegemônicos. A conjuntura pós golpe de 2016 e o avanço de um neoliberalismo ortodoxo, articulado com o neofascismo ascendente deu margem à retrocessos danosos à Rede Federal EPCT e as perspectivas de resistência. Os autores discutem esses dois primeiros pilares fundamentais da construção do Institutos Federais: o ideário neodesenvolvimentista – que busca conciliar neoliberalismo com justiça social limitada – e uma visão naturalizada de tecnologia, descolada da luta de classes.

Na contracorrente, o movimento interno aos Institutos Federais, dependendo da correlação de forças possibilita criar, aprovar e circular documentos estruturados a partir de conceitos relevantes que apontam para o trabalho como princípio educativo, a necessidade da educação integral, omnilateral, que supere a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, politécnica, reflexiva, crítica, política, a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes, do esporte e do lazer, sem dicotomias entre conhecimentos gerais e específicos. Ou seja, os documentos institucionais do IFRS, em geral, no que se referem às relações entre trabalho e educação,



contém orientações contra hegemônicas muito nítidas. Na visão dos autores as ideias e propostas em torno da “educação politécnica possuíam maior aceitação, diante de uma perspectiva de sociedade que entendia o combate às desigualdades sociais como um horizonte a ser buscado, mesmo que de forma limitada, sob o ideário neodesenvolvimentista”.

Lícia Cristina Araújo da Hora e Ana Paula Ribeiro de Sousa, respectivamente professoras do IFMA e UFMA, pesquisaram a *Educação profissional no Maranhão no contexto das políticas de expansão da Rede Federal de Ensino*. Analisam as expressões contraditórias do cenário de expansão do IFMA, abordando a exclusão econômica produzida nos territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral onde a Instituição se localiza. Desvelam a “economia invisibilizada dentro da concepção produtivista que reforça desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades sociais, a exploração do trabalho, a dicotomia campo e cidade, a dicotomia entre a escola em seu território”. Prevalece o desenvolvimento excludente. Os Institutos Federais são chamados a engajarem-se com: integração social, empregabilidade e assistencialismo. As autoras trabalham com as categorias do método explicitando a contradição da política de coalizão de classes, de um governo federal que “expandiu a rede de instituições federais, possibilitando alternativas de formação da classe trabalhadora em consonância com as diretrizes do mercado e em nome da democratização do acesso à educação”. Alguns segmentos da classe subalterna se sentem contemplados com as políticas de “alívio por gotejamento” (FONTES, 2010), pelas políticas focais que trabalham para a obtenção do consenso dos dominados, de maneira subordinada aos interesses dominantes.

Aline Cristine Ferreira Braga do Carmo, docente do IFMT, discute um fenômeno que ganha extensão no governo autoritário, *Os processos de intervenções na rede federal de educação ciência e tecnologia: descaracterização e desmantelamento*. As sucessivas tentativas de intervenção na Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologias promovidas pelo Governo Federal entre 2019 e 2021. Os processos de intervenções buscam a retirada da autonomia destas instituições e a descaracterização ambas previstas em sua lei de criação, Lei n.11.892/2008. A pesquisa aborda diversas tentativas

intervencionistas na Rede Federal, especialmente o PL 11.279/2019, MP 914/2019, MP 979/2020, Indicações de Dirigentes Interventores, Proposta de Reordenamento da Rede Federal e a Portaria 733/2021. Todas estas medidas tomadas pelo executivo e direcionadas à Rede Federal buscam alterar o modo de organização das Instituições Federais no que tange sua autonomia, oferta e estrutura, aos moldes do contexto ultra neoliberal que orienta o Estado brasileiro.

Essa breve apresentação dos estudos reunidos nessa coletânea permite estimar sua grande contribuição para o avanço dos debates na área, anunciando possibilidades, resgatando perspectivas, indicando caminhos de superação, de organização escolar pensada em outras bases, de formação integral vinculada necessariamente a um outro projeto de escola e de sociedade.

Convido à leitura dessa importante coletânea, na expectativa de que, como eu, os leitores ouçam o canto que contém. Apesar do frio, do silêncio do outono, há cochicho de avermelhadas folhas secas, e sabemos: a primavera virá, outros outubros virão.

*Eneida Shiroma*  
*Florianópolis, outono/2022*

Faz escuro mas eu canto,  
porque a manhã vai chegar.  
Vem ver comigo, companheiro,  
a cor do mundo mudar.  
Vale a pena não dormir para esperar  
a cor do mundo mudar.  
Já é madrugada,  
vem o sol, quero alegria,  
que é para esquecer o que eu sofria.  
Quem sofre fica acordado  
defendendo o coração.  
Vamos juntos, multidão,  
trabalhar pela alegria,  
amanhã é um novo dia.

*Thiago de Mello (1965)*

## REFERÊNCIAS

CASTELO, R. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

MELLO, T. *Faz escuro mas eu canto*. São Paulo: Global, 2017.

MONTAÑO, C. (org.). *O canto da Sereia*. Crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo, Cortez, 2014.